

## **O Surdo no Contexto Escolar: Uma Reflexão sobre a Prática Pedagógica e a Atuação do Profissional Tradutor-intérprete de Língua de Sinais**

WALQUIRIA PEREIRA DA SILVA DIAS

### **RESUMO**

No contexto educacional, percebemos uma movimentação em prol da inclusão, respondendo às exigências da legislação. Assim, pensemos: como as ações inclusivas têm se manifestado nos ambientes escolares com relação às pessoas surdas e suas particularidades educacionais? Focando numa análise da prática educativa do indivíduo surdo, notamos que suas peculiaridades não possuem espaço num ambiente onde prevalece o tradicionalismo. Durante muito tempo, os educadores direcionaram esforços na busca de capacitar o surdo para o uso de uma língua oral, negando, conseqüentemente, sua língua natural e suas características culturais. Desse modo, era priorizado o trabalho de reabilitação, em detrimento de um processo educativo significativo para o surdo. A realidade atual apresenta sinais de transformação, assinalada pelo acesso aos conteúdos através da Libras por meio da atuação profissional do Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais (TILS). No entanto, são cruciais políticas públicas voltadas para a organização do âmbito educativo dos discentes surdos, perpassando pela valorização das línguas de sinais, da cultura surda e dos profissionais envolvidos diretamente nesse processo. Considerando a educação formal como base para a efetivação da inclusão social, intuimos refletir sobre o procedimento pedagógico do sujeito surdo, analisando a importância da aplicação dos artefatos culturais dos surdos no processo de ensino-aprendizagem, assim como da atuação dos TILS em sala de aula. Nesse sentido, este trabalho adota como metodologia a pesquisa bibliográfica, possuindo como principais arcabouços teóricos a concepção de Doziart (2009) sobre identidade e diferença, os artefatos culturais explanados por Karin Strobel (2009), as diferentes identidades surdas citadas por Gladis Perlin (2009) e a análise acerca do papel do intérprete educacional descrita por Regina Maria Russiano Mendes (2012). Ademais, esta produção baseia-se em experiências profissionais vividas pela autora, as quais foram provocadoras das indagações aqui expostas.

Palavras-chaves: Surdez – Metodologias Pedagógicas – Tradutor-intérprete.

## 1. INTRODUÇÃO

No contexto educacional, percebemos uma movimentação em prol da inclusão, respondendo às exigências da legislação. Porém, na prática, inclusão dos alunos surdos tem se traduzido em integração. É válido frisar, assim, que não basta recebê-los e os “depositar” em salas regulares: é necessário garantir educação de qualidade, respeitando as diferenças. Dessa forma, pensemos como as ações inclusivas tem se manifestado nos ambientes escolares com relação às pessoas surdas.

Durante muito tempo, os educadores direcionaram esforços na busca de capacitar o surdo para o uso de uma língua oral, negando, conseqüentemente, sua língua natural e suas características culturais. Nesse sentido, era priorizado o trabalho de reabilitação, em detrimento de um processo educativo significativo para o surdo.

É essencial, assim, uma mudança radical na política educacional voltada para a educação de surdos, a partir da valorização da língua de sinais e da cultura surda, permitindo-os ter acesso aos conteúdos e às outras culturas. A realidade atual apresenta sinais de transformação, assinalada pelo acesso aos conteúdos através da Libras por meio da atuação profissional do Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais (TILS).

Considerando a educação formal como base para a efetivação da inclusão social, intuímos contribuir para a transformação do procedimento pedagógico do sujeito surdo, analisando a importância da valorização linguística e cultural dos surdos no processo de ensino-aprendizagem, assim como da atuação dos TILS em sala de aula.

Ademais, esta produção adota como metodologia a pesquisa bibliográfica e se baseia em experiências profissionais vividas pela autora, as quais foram provocadoras das indagações aqui expostas.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Discorrer acerca de cultura e identidade não leva a conceitos construídos e acabados. O tema possui sua complexidade, visto que permeia o âmbito político-social, sendo polissêmico a partir dos vários discursos produzidos. Portanto, a discussão aqui construída é apenas uma das várias apreciações a respeito do tema.

Doziart (2009) institui uma análise sobre identidade e diferença, na qual se observa a importância do outro na formação identitária. Assim, Doziart delinea seu trabalho tendo em vista a identidade do indivíduo surdo, questão que é objeto de controvérsias entre as teorias existentes. A reflexão gira em torno dos termos *identidade* e *cultura surdas*. Nessa conjuntura, o uso da língua de sinais com a finalidade de autoafirmação diante da sociedade é o ponto central da discussão.

Beveniste (1988 apud BERGAMO; SANTANA, 2005, p. 580) discorre sobre língua, linguagem e discurso numa dinâmica em que o locutor se propõe enquanto sujeito de um dado discurso. Desse modo, a língua de sinais converte-se na “(...) possibilidade de legitimação do surdo como “sujeito de linguagem”.

Porém, se a língua de sinais for considerada o meio único de caracterização da identidade surda, a discussão restringe-se ao individualismo e à exclusividade, ou seja, desconsidera-se o contexto social e dialógico em que ocorrem todas as línguas. Logo, com a língua de sinais não poderia ser diferente: permite ao surdo a inserção no meio social. É “(...) no tempo e no espaço, com diferentes outros (...), nas práticas discursivas que o sujeito emerge e é revelado” (BERGAMO; SANTANA, 2005, p. 568).

Nesse sentido, Doziart mostra a importância das comunidades surdas: ambiente onde impera a modalidade da diferença e a convivência de indivíduos homogeneizados pela ideologia dominante, porém heterogêneos

3

nas experiências sociais adquiridas, ou seja, “(...) onde a mesma disparidade mantém a união, sem prejudicar a disjunção, a dispersão ou a diferença, sem apagar a heterogeneidade do outro” (DERRIDA, 1994 apud DOZIART, p. 21).

Dessa forma, a identidade é construída a partir da referência a um determinado grupo e, também, de outro ao qual pertence. O surdo cria sua identidade a partir daquilo que lhe é imposto socialmente. Conseqüentemente, sua referência advém da comparação com ouvintes. Esta situação leva alguns surdos a se sentirem inferiores, visto que, de acordo com os padrões da normalidade, por não possuírem o atributo da fala, ficam alheios numa sociedade audiovisual. Assim, para Doziart, estes surdos seguem os estereótipos fixados e negam ou não reconhecem o discurso da diferença.

Nesse contexto, Gladis Perlin (2009) discorre sobre as diferentes identidades surdas. Primeiro as Identidades Surdas: trata-se da identidade política, em que o Surdo aceita-se como tal e é, totalmente, inserido na cultura surda. Identidades Surdas Híbridas: própria de ouvintes que adquiriram a surdez e conhecem os dois âmbitos de expressão, mas se identificam e se comportam como Surdos.

Em continuação, Identidades Surdas Flutuantes: surdos vítimas da ideologia oralista, os quais se representam na identidade ouvinte e não se reconhecem como surdos. Identidades Surdas Embaçadas: manifesta-se no estereótipo da surdez, no qual o surdo é visto enquanto deficiente, retardado mental e incapaz; iguala-se ao método clínico-terapêutico predominante no Oralismo.

Identidades Surdas de transição: presente em surdos que foram privados do contato com a cultura ouvinte ou que se desvincularam; transição do modo de expressão visual/oral para visual/sinalizada. Identidades Surdas de Diáspora: mudança de um grupo identitário a outro, podendo ocorrer geograficamente. Por fim, Identidades Intermediárias: pessoas que possuem comportamentos de surdos e ouvintes.

Frisamos, entretanto, que é preciso cautela ao utilizarmos de uma classificação. Afinal, identidade é mutável, já que está inserida no seio de uma sociedade em constantes transformações. Categorizar remete ao estatismo. Por conseguinte, o mais importante é reconhecer a identidade política e “(...) construir uma consciência da diferença (...)” (DOZIART, p. 33).

É interessante ressaltarmos que Perlin (2009) não baseia seus estudos apenas no uso da língua de sinais, mas considera outros aspectos peculiares aos Surdos: TDD, intérpretes, campanha luminosa, enfim, meios que os permitem adotar a postura de sujeitos de linguagem e marcam a cultura surda. Além disso, não desconsiderou os diversos papéis sociais que possuem os surdos.

Com base na análise acima, corroboramos: o surdo possui identidade, construída na interação e no reconhecimento do outro, bem como de si mesmo, situação concretizada pelo uso da Libras. Ressalvamos que a língua, isoladamente, não identifica um sujeito, mas permite sua inserção no meio social.

Com o intuito de refletirmos sobre cultura surda, aludimos a alguns conceitos. De acordo com Poche (1989 apud BERGAMO; SANTANA, 2005, p. 572) “(...) por cultura entende-se os esquemas perceptivos e interpretativos segundo os quais um grupo produz o discurso de sua relação com o mundo e com o conhecimento (...)”.

Na visão de Kozlowski,

(...) a existência de uma cultura surda faz parte da educação bilíngue. (...). O biculturalismo designa o conjunto de referências à história dos surdos, o conjunto de significações simbólicas veiculadas pelo uso de uma língua comum, o conjunto de estratégias sociais e de códigos sociais utilizados de maneira comum pelos surdos para viverem numa sociedade feita por ouvintes e para ouvintes. É, portanto, uma cultura de adaptação à diferença e produtora de elo social (2000 apud BERGAMO; SANTANA, 2005, p. 572).

Por fim, Geertz (1989 apud BERGAMO; SANTANA, 2005, p. 573) analisa cultura no âmbito semiótico, em que o “(...) homem seria um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo tece”.

As apreciações acima foram utilizadas para autenticar o pensamento da não existência da cultura surda, sendo percebida como instrumento da desigualdade social. Todavia, analisadas por outro prisma, estas teorias também não reconhecem a cultura surda? Afinal, o surdo possui uma forma diferenciada de inferência de acepções: a modalidade viso-espacial. Nesse processo semiótico, ele constrói suas experiências de vida, que são aferidas pelo uso da língua de sinais. A experiência visual constrói, assim, identidades culturais.

Strobel (2009), com toda propriedade, já que é surda, fala-nos acerca dos artefatos culturais dos surdos. Artefato linguístico, essencial na construção de identidade e na aquisição de conhecimentos. Artefato familiar, que se caracteriza pela importância da família surda enquanto base para compreensão do mundo, da cultura e da identidade surdas.

Artefato literatura surda: representa as memórias das vivências surdas e leva ao enriquecimento cultural. Artefato vida social e esportiva, marcada por casamentos endógamos, bailes, campeonatos, festas em associações e outras peculiaridades. Enfim, artefato política e artefato materiais. O primeiro reflete nos movimentos, nas reivindicações e nas lutas pelos direitos dos surdos. O segundo comporta a acessibilidade à vida cotidiana, isto é, instrumentos que exploram o aspecto visual e sensitivo.

Diante do exposto, analisemos a indagação “O surdo tem uma identidade e uma cultura próprias?” (GESSER, 2009, p. 52). A autora atenta para o uso do vocábulo *próprias*, haja vista que implica uma unidade dos sujeitos surdos. Assim,

Pensar o surdo no singular, com *uma* identidade e *uma* cultura surda, é apagar a diversidade e o multiculturalismo que distingue o surdo negro da surda mulher, do surdo cego, do surdo índio, do surdo

cadeirante, do surdo homossexual, do surdo oralizado, do surdo de lares ouvintes, do surdo de lares surdos, do surdo gaúcho, do surdo paulista, do surdo de zonas rurais... (SKLIAR, 1998; GESSER, 2006, 2008 apud GESSER, 2009, p. 55).

Com base nos pressupostos apresentados, fazemos uma análise dos principais aspectos que marcaram a educação de surdos. Para tanto, torna-se mister citar os métodos evidenciados: oralismo, comunicação total e bilinguismo.

O oralismo visava à eficiência na língua oral obtida por métodos terapêuticos. O Movimento Eugênico, apoiado por Alexandre Graham Bell, e o Congresso de Milão, em 1880, foram fatos históricos que vieram consolidar esta teoria. A oralização, por impor a língua oral ao surdo de maneira coercitiva, afeta a eficiência educacional, precipuamente a competência de leitura e escrita do surdo.

A Comunicação Total caracteriza-se por um método combinado, composto por treino auditivo, língua de sinais, leitura labial, língua oral, alfabeto manual, enfim, estratégias que utilizam os recursos espaço-visuais privilegiando a comunicação e não somente a língua. O Bilinguismo é caracterizado pela presença da língua de sinais enquanto língua natural dos surdos e da escrita da língua oral, reconhecendo as especificidades dos surdos.

Em termos de legislação, no contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 vem garantir a educação escolar para todos, representando assim uma valiosa contribuição na luta por uma formação educacional sistematizada. Em 1971, a Lei nº 5.692 avançava numa política de Educação Especial com perfil escolar. A Declaração de Salamanca reforça a importância de melhorias no acesso à educação para pessoas com necessidades especiais.

A LDB de 1996 – Lei nº 9.394, dedica o capítulo V, composto pelos artigos 58, 59 e 60, para a Educação Especial. Os artigos expressam a

construção de uma educação inclusiva, com base nas transformações e reformas da estrutura da escola, formação dos professores e adaptação dos currículos.

A Lei nº 8.160/91 apresenta o símbolo internacional da Surdez e a Lei nº 10.098/00, dispõe sobre a acessibilidade aos deficientes. A grande conquista para os surdos foi a oficialização da Libras, com a Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05 que a regulamenta. Mais recente, temos a Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras: profissional cada vez mais presente em diversos setores, porém em maior número no contexto educacional.

Segundo Mendes (2012, p. 154),

O intérprete educacional, no espaço de sala de aula, está embebido de seus pensamentos influenciados pelo contexto social da inclusão, das dificuldades que enfrenta diariamente, do discurso do professor, do discurso dos surdos, da necessidade de respeito a diferença linguística.

### **3. BREVE REFLEXÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA: UMA ANÁLISE EMPÍRICA**

A prática pedagógica referente à presença do surdo no contexto escolar vem sendo marcada por fatores que necessitam de reformulação. Um dos fatores é o projeto político-pedagógico das instituições escolares, os quais, na sua maioria não ponderam acerca dos pressupostos culturais dos surdos. Além disso, a comunidade escolar possui visão limitada, considerando a Libras enquanto elemento único de caracterização dos surdos. Esta situação camufla a existência de outros artefatos culturais.

Outro fator a ser analisado refere-se às metodologias dos professores regentes, as quais são centradas nos alunos ouvintes desconsiderando estratégias específicas voltadas aos alunos surdos,



transferindo para o profissional tradutor/intérprete a responsabilidade, em sua totalidade, do processo de aprendizagem.

A consequência da situação anterior reflete-se em problemas de interação do professor regente com o tradutor-intérprete, havendo necessidades de formações que objetivem a concretização da co-docência, num processo de ensino-aprendizagem que considera a língua de sinais e outras estratégias viso-espaciais.

Os entraves na relação entre os tradutores-intérpretes também devem ser analisados, haja vista que, diante das metodologias inadequadas adotadas pelos professores regentes, a atuação desses profissionais mostra-se diferenciada e pode influir na visão da comunidade escolar sobre o papel do tradutor-intérprete.

#### **4. CONCLUSÃO**

De posse do exposto, e através de uma observação da realidade atual, notamos um avanço significativo na educação dos surdos. Com isso, cabe à escola adaptar-se às singularidades dos discentes surdos. No entanto, muitas ações ainda precisam ser concretizadas para que se efetivar uma inclusão social deste público através de uma educação de qualidade que perpassa, também, pela valorização do profissional tradutor-intérprete.

Trata-se de adotar uma pedagogia marcada por um “olhar diferente, direcionado em uma filosofia para educação cultural na qual a educação dá-se no momento em que o surdo é colocado em contato com sua diferença...” (STROBEL, 2009, p. 81). O segundo ponto traçado por Strobel (2009), em relação à educação dos surdos, é a presença de um professor surdo em sala de aula, gerando motivação, identidade cultural e segurança nos alunos surdos.

O terceiro ponto é de extrema valia: o uso da língua natural do surdo no processo de aquisição de conhecimento. Além disso, tornou-se um direito do surdo a presença de um intérprete nas salas de aula. Tal como já foi citado, estes são direitos garantidos por lei. Destarte, “A preocupação atual é respeitar a autonomia das línguas de sinais e estruturar um plano educacional que não afete a experiência psicossocial e linguística **do surdo**” (grifo da autora) (QUADROS, 1997, p. 27).

## REFERÊNCIAS

- ALBRES, Neiva de Aquino. A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005: análise dos documentos referenciadores. In: O pensamento educacional brasileiro sobre o ensino dos surdos. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.
- BERGAMO, Alexandre; SANTANA, Ana Paula. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. v. 26. n. 91. Maio / Agosto. Campinas, 2005. p. 565-582. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 11 novembro 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf>>. Acesso em: 07 dezembro 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf>>. Acesso em: 07 dezembro 2014.
- CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. Comunicação por língua brasileira de sinais. 2. ed. Brasília: Editora Senae, 2005.
- DORZIAT, Ana. O outro da educação. In: Identidade e diferença: ser, não ser ou estar sendo. Vozes, 2009. p. 15-33.
- GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- MACHADO, Paulo César. A política educacional de intergração/inclusão: um olhar do egresso surdo. Florianópolis. Editora da UFSC, 2008.

MENDES, Regina Maria Russiano. Afinal: intérprete de língua de sinais, intérprete educacional, professor intérprete ou auxiliar? O trabalho de intérpretes na lógica inclusiva. In: ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres (orgs).

Libras em estudo: tradução e interpretação. São Paulo: FENEIS, 2012. p. 141-168.

Disponível em <http://www.feneissp.org.br/index.php/e-books>. Acesso em 23/11/2014.

PERLIN, Gladis. As diferentes identidades surdas. p. 2-4. Disponível em:

[http://www.feneis.com.br/arquivos/As\\_Diferentes\\_Identidades\\_Surdas.pdf](http://www.feneis.com.br/arquivos/As_Diferentes_Identidades_Surdas.pdf).

Acesso em: 7 nov. 2010.

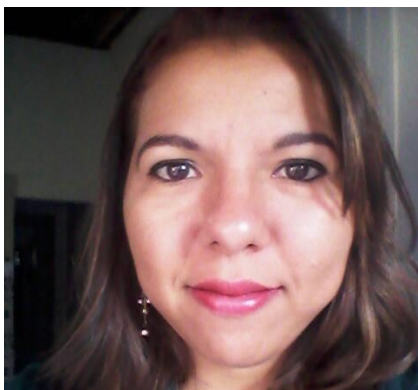
QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: a aquisição de linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Bercker. Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2 ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

## IDENTIFICAÇÃO DA AUTORA



### WALQUIRIA PEREIRA DA SILVA DIAS

Graduada em Letras-Libras/Bacharelado – UFSC/UFMA. Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior. Instituto Superior Franciscano (IESF). Conclusão: Maio / 2015. Especialista em Educação Especial, Inclusão e Libras. Instituto Athena. Conclusão: Junho / 2011. Graduada em Letras (Habilitação em Língua Portuguesa e Espanhola e suas respectivas literaturas). Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Exame de Proficiência em Libras (PROLIBRAS/ 2011) – Ministério da Educação (MEC). Professora-Intérprete de Libras da Rede Estadual de Ensino (2010-2013). Atualmente, Professora-Intérprete de Libras da Rede Municipal de Ensino – São José de Ribamar e Tradutor-intérprete de Línguas de Sinais da Universidade Federal do Maranhão. **E-mail:** [wal\\_ps10@hotmail.com](mailto:wal_ps10@hotmail.com)